

# Análise da didática extensionista no processo de construção social de práticas agroecológicas de produção orgânica

Avance de investigación en curso

GT15: Meio ambiente sociedade e desenvolvimento sustentável.

Djalma Eudes dos Santos<sup>1</sup>  
Adenilson de Freitas<sup>2</sup>

## Resumo

Analizamos a extensão rural na construção de práticas agroecológicas utilizando como unidade de observação o município de Capim Branco. A extensão rural é um serviço de assistência técnica e de educação que une conhecimentos científicos aos saberes práticos de comunidades locais. Com o aporte da sociologia econômica, formulamos um problema teórico para analisar este fenômeno a partir de duas noções: *embeddedness* (ou imersão social da ação econômica) e *social skill* (ou habilidade social). Inserimos o debate no contexto do mercado como “campo” e propomos uma questão prática: qual o impacto da didática extensionista no aprendizado da agroecologia como prática produtiva? Apontamos, como um resultado prático, que aquele município vem se tornando um polo de produção orgânica com bom potencial de abastecimento.

**Palavras-chave:** agroecologia, construção social, extensão rural.

## 1 – Introdução

O surgimento de organizações transnacionais preocupadas com as mais variadas questões, dentre elas, e a mais premente, a questão do impacto dos atuais níveis de consumo sobre o meio ambiente e a preservação do planeta, é um fenômeno recente no processo de transformação da sociedade industrial para uma sociedade de consumo. Quanto à ação destas organizações, pode-se destacar como uma das principais novidades, a preocupação na reorientação ou transbordamento do discurso na direção do consumo e do meio ambiente, seja na forma de crítica aos atuais padrões, seja na perspectiva de formação de agentes conscientes que possam contribuir no estabelecimento de novas agendas políticas. Tal fato faz com que, na análise social, o fenômeno não passe despercebido, ocorrendo um deslocamento das análises pautadas nos problemas ambientais causados pela produção para os problemas ambientais causados pelo consumo (Portilho, 2004).

A introdução de uma variável ambiental na esfera do consumo provoca outra forma de olhar para o meio ambiente e para as questões atinentes ao mundo da produção. Entretanto, não se pode esperar alterações importantes num sistema produtivo que, na sua proposta, é eficiente no atendimento à crescente demanda por energia e alimentos sem que antes haja uma verdadeira mudança nos padrões culturais que cercam a esfera do consumo.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGS/UFGM). Endereço eletrônico: djalma@ufmg.br.

<sup>2</sup> Engenheiro Ambiental, Mestrando em Agronomia pela UFSJ, extensionista agropecuário da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER/MG). Endereço eletrônico: taio.adenilson@hotmail.com.

<sup>3</sup> Segundo Altieri (2012), não há como solucionar um problema com a mesma mentalidade que o criou. Não podemos, portanto, utilizar a mesma racionalidade do modelo econômico que criou a “crise ambiental”.

Os produtos da linhagem “orgânica” cumpriram, num primeiro momento, a tarefa de impulsionar debates acerca das questões ambientais, porém, com a crescente procura por estes produtos, o setor produtivo também é seduzido pelos padrões da agroindústria, visando a produção em larga escala, agora voltada para este nicho de consumo inserido na mentalidade conservacionista da “economia verde”.

Na contramão dessa tendência, a agroecologia se apresenta como uma alternativa por se manter fiel a princípios mais globais que vão, desde a preservação do ambiente e também das culturas locais, à defesa de condições dignas de trabalho e de soberania dos produtores, reduzindo a dependência em relação ao modelo agroindustrial. A agroecologia é uma ciência. Não é uma agricultura de insumos, é uma agricultura de processos e de princípios (Altieri, 2012). Engloba a ecologia, a antropologia, a sociologia, a economia ecológica, o controle biológico, e também o conhecimento tradicional dos camponeses. Sua proposta central é criar um diálogo de saberes do qual possam emergir princípios que tomem formas tecnológicas diferenciadas e específicas a cada condição cultural, social e econômica, de cada região. Para que esta forma tecnológica seja relevante para os agricultores é preciso, portanto, desenvolver um modelo de investigação participativa, de modo que os agricultores atuem do processo de construção da experiência agroecológica (Guzmán, 2002).

Neste sentido, entendemos que o estudo acerca deste mercado (que incide sobre toda a cadeia produtiva – produção, distribuição e consumo) contribui para entender o papel dos atores-chave que promovem a disseminação de tais práticas e, assim, demonstrar a sua influência na propagação de modelos alternativos. Como veremos, a partir do estudo de caso sobre o município de Capim Branco, ações didáticas de assistência técnica e extensão rural são fundamentais para a sustentação de estruturas sociais capazes de apostar na agroecologia com um sistema produtivo e de sustentabilidade.

## **2 – A extensão rural: contextos histórico e sociológico**

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), hoje a mais importante política pública de suporte à agricultura familiar, passou por uma profunda mudança no seu perfil: de um serviço antes voltado para a implantação de pacotes tecnológicos globais, de forma desconectada da esfera local; para um serviço atento à esfera local como estruturadora das ações. Caporal e Ramos (2006) argumentam que isso suscita um desafio, uma vez que a perspectiva local implica no desenvolvimento de uma nova dimensão de sustentabilidade, arraigada nas necessidades das populações envolvidas e visando contribuir para organizar a produção como uma atividade econômica viável.

Como definido por Ribeiro (2000), a “extensão” é fundamentalmente uma ação de pedagogia social e a “assistência técnica” remete à transferência e suporte no uso de tecnologias. Assim, o extensionismo, na verdade, possui muitas facetas e oscilou, “desde a sua criação brasileira, no final dos anos 1940, entre a assistência rural e uma forte ação pedagógica” (Ribeiro, 2000, p. 14). Esse modelo de assistência técnica foi iniciado no Brasil como vetor de políticas desenvolvimentistas. No entanto, a partir da década de 1970 iniciou-se a construção de políticas estatais que mobilizavam ações entre a extensão rural federal e os modelos locais executados por governos estaduais, através das empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural, ou EMATER (MDA, 2004, p. 4).

Como um divisor de águas, a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (MDA, Pnater, 2004) propõe que as ações tenham um perfil direcionado para o desenvolvimento socioeconômico local baseado na transição para modelos produtivos sustentáveis. Por outras palavras, a extensão rural, neste amplo debate sobre modelos alternativos de produção alimentar, requer uma construção social de cariz democrático e participativo (Caporal e Ramos, 2006). Desse modo, a agroecologia, consolidada no meio acadêmico como uma ciência ambiental, e consolidada no meio rural como um paradigma participativo, é assumido como o principal modelo a ser estimulado para a

agricultura familiar, posto que é fundamentada na preservação, recuperação de solos e diminuição do impacto ambiental ocasionado pela ação humana. Como afirmam estes autores,

Adotar os princípios da Agroecologia significa buscar orientar uma maior sustentabilidade ambiental na agricultura e um desenvolvimento com mais equidade social, com geração de mais renda e de mais ocupações no meio rural, respeitando as diferenças culturais das pessoas implicadas (Caporal e Ramos, 2006, p. 1-2).

A Pnater (2004) estabelece que as ações de assistência técnica e extensão rural devem ser desenvolvidas sob duas bases: a utilização de metodologias participativas; e a adoção da agroecologia como paradigma tecnológico. Deve, ainda, desenvolver processos educativos contínuos alicerçados numa didática construtivista (Caporal e Ramos, 2006). Para isso, é preciso:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações (MDA, Pnater, 2004).

Esta mudança no perfil da extensão rural, dirigida para a adoção de uma metodologia sistêmica de base local, exige do extensionista habilidade para lidar com os desafios originados na gama de realidades que precisa enfrentar. O exercício de um papel mediador é crucial para induzir mudanças e, em termos gerais, consolidar pautas socioeconômicas locais.

A Pnater (2004) está dirigida para o atendimento das necessidades de formação de agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas e outros, e é coordenada pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Essa política pretende responder às demandas originadas naqueles espaços das sociedades rurais que são mais afetados pela expansão da crise de sustentabilidade e, ao mesmo tempo, buscar o desenvolvimento local a partir do estímulo à produção alimentar sob novas bases.

A rigor, ao ressurgir como efeito de uma mudança institucional, a política de assistência técnica ocupa um espaço favorável ao desenvolvimento de ações de formação e de gestão que são agora fruto de atenção de várias esferas do governo (ciência e tecnologia, educação, meio ambiente, setor financeiro, dentre outras). O alcance dessa nova política pode ser mensurado pela difusão de metodologias críticas que, por definição, abandonam os tradicionais “pacotes” da problemática “Revolução Verde”. Esse modelo produtivo desenvolve outra base tecnológica que, em sua matriz, toma a organização local como parâmetro. A agroecologia modela-se, de forma contundente, como importante aliada do eixo de desenvolvimento sustentável local.

No marco da ação extensionista, os agentes da extensão rural deverão “desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável” (Pnater, 2004) e, para isso, é fundamental o conhecimento da diversidade local e das possibilidades de inserção dos produtores em sistemas produtivos qualificados como ambientalmente responsáveis e economicamente viáveis.

### 3 – Breve inventário das variáveis: as bases sociais da produção agroecológica e a construção de normas para o mercado de alimentos orgânicos

As diversas modalidades de produção ecológica têm suas origens em concepções diversas e formam um vasto setor de movimentos de agricultura alternativa (Brandenburg, 2002). Em geral, estes movimentos estão orientados por filosofias, visões de mundo e referências científicas que convergem na produção de alimentos saudáveis – e muitas vezes enquadrados pela etiqueta de alimento “orgânico”. No entanto, o produto oferecido ao consumidor pode ser considerado como uma das muitas janelas pelas quais podemos ver os sistemas produtivos que os coloca no mercado. Assim, na trajetória da produção alternativa, está a contestação dos padrões de consumo, a reação ao modelo da agroindústria, a defesa do trabalho digno, a sustentabilidade ambiental e a radical oposição ao uso de insumos químicos. É neste sentido, portanto, que Brandenburg (2002) ressalta que, dada a necessidade de regulamentação do setor, há a convergência destes modelos em torno de um marco de qualidade que é representado pelo produto orgânico. Na versão atual, as diversas modalidades de agricultura alternativa se identificam com as premissas da agroecologia por ser esta, ao mesmo tempo, um conhecimento gerado por movimentos sociais e a associação de técnicas e concepções científicas, estruturadas a partir da base social produtiva (Fonseca, 2009).

O mercado de alimentos orgânicos no Brasil é regulamentado por um conjunto de políticas públicas e diretrizes normativas que seguem parâmetros internacionais (principalmente as normas técnicas da IFOAM<sup>4</sup> e o *codex alimentarius* da FAO/ONU) e normas nacionais (através da Lei 10.831/2003 e a recente Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, de 2012). Este conjunto de medidas convencionam o amparo legal às modalidades de produção classificadas como: modos ancestrais e não agressivos ao meio ambiente; agricultura familiar; economias familiares com base no extrativismo; e outras práticas nas quais a ação humana mostra-se em harmonia com a sociobiodiversidade local – estas são também as principais dimensões do conceito de agroecologia.

Pela amplitude de modos de produção agroecológica, o *corpus* normativo, construído a partir de debates públicos, decanta os interesses de forças aparentemente contraditórias: o discurso do nicho de produtores orgânicos, que pode ser representado pelo modelo da agricultura em grande escala, focado no estilo de produção e consumo disseminado pela “grande distribuição” (Dubuisson-Quellier, 2003); e o discurso do modelo de agricultura baseado na organização social dos produtores, apoiado em cadeias curtas locais.

Numa distinção minimalista, Conforme Guzmán (2002), teríamos a confluência de dois modelos: 1) a “ecoagricultura do Norte”, cujas fontes são “as agriculturas Orgânicas e Biológicas do IFOAM, a Biodinâmica de Steiner, a Natural de Fukuoka e a Permacultura de Mollinson, entre outros estilos modernos”; e 2) os estilos de “ecoagricultura do Sul” ou “agriculturas tradicionais” que são mais próximas das práticas “camponesas ou indígenas que – tanto no centro como na periferia – provaram empiricamente sua sustentabilidade histórica” (Guzmán, 2002, p. 21).

Na conjunção desses dois modelos, a legislação articula, por um lado, as correntes modernas de ecoagricultura do Norte que embasam parte da terminologia técnica adotada nos protocolos de produção, e que leva em consideração a inserção dos produtos nos mercados internos e externos. Por outro lado, como complemento que prioriza as questões locais, a ecoagricultura do Sul, que se apresenta enraizada nas bases sociais que organizam os processos de produção, distribuição e comercialização, dá suporte às iniciativas de organização dos produtores. Nos dois casos, o produto orgânico passa a ser o ícone dos processos produtivos e é amparado por um normativo de qualidade.

Por conseguinte, no contexto de uma clássica cadeia produtiva de alimentos (produção, distribuição e consumo), temos variáveis importantes que podem deslindar o papel das estruturas

---

<sup>4</sup> *International Foundation for Organic Agriculture.*

sociais em cada momento da construção de um conceito de produto orgânico, dentre estas: segurança alimentar, saudabilidade, qualidade, mercado e organização social.

### **3.1 – Mercados de qualidade e a produção orgânica**

O mercado de alimentos orgânicos é organizado legalmente em duas vertentes. A primeira forma de comercialização utiliza a mesma logística de distribuição presente nas complexas cadeias da agroindústria, buscando oferecer ao consumidor uma alternativa aos produtos convencionais. Neste caso, a embalagem é a principal fonte de informação para o consumidor que deve visualizá-las e interpretá-las (Cochoy, 2004). Como resultado, a qualidade é intrínseca ao produto e não há distinção qualitativa em relação ao seu local de origem. A outra forma de comercialização, apoiada na proximidade do produtor em relação ao consumidor, é definida por lei como venda direta. Este segundo modelo é consignado por relações de confiança entre os produtores entre si, e também entre estes e os consumidores (Lei 10.831/2003). Neste caso, o âmbito local adquire importância maior do que no primeiro caso, uma vez que as políticas de estímulo e fomento buscam agregar produtores de uma mesma região, facilitando o desenvolvimento de aglomerados produtivos locais.<sup>5</sup>

Nos dois casos, entretanto, os normativos de qualidade constituem o elo que conecta a produção e o consumo. Em outros termos, trata-se de um mercado embasado numa construção sociocultural da qualidade (Mazon, 2009)<sup>6</sup> e dotado de ampla rede de educação e vigilância sobre seus protocolos de manejo, distribuição e venda.

Neste estudo, defendemos que a concepção da qualidade orgânica é uma “concepção de controle” cujos efeitos estão aninhados no conceito de “habilidade social” (Fligstein, 2007). Na produção agroecológica, tal concepção de controle propicia configurações empíricas importantes para a análise sociológica, principalmente por expressar os fundamentos das relações imbricadas nas redes locais. Nestes espaços, e atuando como ponto de mediação, a didática extensionista é essencial para o conhecimento das normas e tecnologias que, porém, são construtos multipolares; e, igualmente, é importante por representar um nó de rede no qual se polariza o fluxo das informações. Por outras palavras, essa didática aponta um caminho possível para a adaptação da agricultura de base familiar a uma dinâmica de mercado (Fonseca, 2009), proporcionando a tradução da concepção de controle dominante para um dado campo de atores.

### **3.2 - A construção diatópica da linguagem agroecológica**

O termo agroecologia, quando é associado à agricultura natural, não seria mais do que um retorno a hábitos de uso dos recursos e culturas de manejo do solo que poderiam ser hoje recuperados como um modelo de desenvolvimento (Guzmán, 2002; Altieri, 2012). O moderno uso científico deste termo remonta aos anos 1970 e toma como base o estudo de nichos relicários como, por exemplo, a produção camponesa tradicional, a indígena, a quilombola ou, ainda, a recuperação e multiplicação de sementes crioulas através de redes (ou feiras) de trocas e desenvolvimento de centros de conservação das mesmas (Hechts, 1999). Nas bases da concepção científica, que fundamenta o uso acadêmico do

---

<sup>5</sup> Embora isso não seja impeditivo para a produção em larga escala, como ocorre no município de Capim Branco, onde há uma unidade produtiva do porte agroindustrial.

<sup>6</sup> Conforme Mazon (2009), “os padrões de qualidade e segurança alimentar não são fenômenos neutros”, inerente à sua definição têm-se disputas culturais e, neste caso, seriam mais efetivamente “estruturas culturais” e que exercem um papel de convencimento sobre os atores (Mazon, 2009, p. 1007). A construção social da qualidade, nestes termos, envolve expressa disputa em torno de modelos e ajustamentos entre os atores e, para tal, são requeridos processos simultâneos de convencimento e de formação – inclusive formação do seu consumidor (Dubuisson-Quellier, 2003).

termo agroecologia, temos a transversalidade de áreas como a agronomia, economia, a antropologia e a sociologia (Guzmán, 2002).

A junção desses elementos, numa produção coletiva que foca as culturas locais, forja o conceito numa epistemologia tripartite: o desenvolvimento humano, o desenvolvimento econômico e a preservação dos agroecossistemas. Assim, podemos conjecturar que o cunho político do conceito de “agronegócio” representa a fronteira entre os dois sistemas, pois o que se busca com a agroecologia é, fundamentalmente, a soberania alimentar, a soberania econômica e a soberania energética.

### 3.3 – A agroecologia no contexto de um mercado local

O presente estudo procura compreender o processo de construção do mercado de alimentos orgânicos em fresco na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que podemos definir como uma cadeia produtiva curta (Blanquart, *et al.*, 2010).<sup>7</sup> Tomamos o município de Capim Branco (MG) para um estudo de caso, uma microrregião onde a atividade agroecológica é dirigida para a produção de frutas, legumes e verduras orgânicos (FLVs), tanto por produtores vinculados à agricultura familiar, quanto por produtores organizados no modelo agroindustrial. A capital, Belo Horizonte, é o principal destino da produção, contando atualmente com nove feiras em bairros diferentes (para a comercialização pelo sistema de venda direta) e lojas exclusivas de produtos orgânicos. O abastecimento dos supermercados é feito por produtores de outros estados, denotando uma possibilidade ainda pouco explorada para os produtos locais.

Na produção tipificada como agroecológica, a região em foco conta com aproximadamente trinta e três produtores assim caracterizados: uma associação de 17 produtores (ASPROCAM - Associação dos Produtores de Orgânicos de Capim Branco e Matozinhos) que é responsável pelo controle social de nove feiras orgânicas em Belo Horizonte; 16 produtores (agricultores familiares) em fase de transição para o sistema agroecológico que, portanto, ainda não podem comercializar os produtos como orgânicos; um produtor em larga escala (“Fito Alimentos”) que possui duas lojas próprias na capital, revende em 37 supermercados, além da venda pela *Internet*.

De acordo com a legislação, os produtores que possuem alguma forma de certificação (auditada, participativa, ou controle social<sup>8</sup>) podem dispor os produtos no mercado convencional e também nos mercados institucionais através do fornecimento para programas de governo como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), ambos de âmbito nacional e que oferecem incentivos para os agricultores agroecológicos, comparativamente aos convencionais.

Algumas ações institucionais de suporte aos produtores são desenvolvidas visando, tanto o aprendizado de novas tecnologias, quanto o apoio no acesso a mercados. No âmbito educativo, o programa estadual “Cultivar, Nutrir e Educar”, visa promover o fortalecimento da agricultura familiar e inserção dos agricultores nos programas de mercados institucionais e tem como um dos eixos o desenvolvimento da agroecologia.<sup>9</sup> Outra ação é desenvolvida no Polo de Inovação (Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior / SETES) com o objetivo de promover o aprofundamento de tecnologias e metodologias de inovação, também para os agricultores familiares.

---

<sup>7</sup> Estes autores utilizam o conceito original de *Short Food Supply Chains* (SFSC).

<sup>8</sup> Que não é propriamente uma certificação, mas sim um tipo de controle da qualidade.

<sup>9</sup> A cargo da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA). Fonte: <[www.agricultura.mg.gov.br](http://www.agricultura.mg.gov.br)> acesso em 01/07/2013.

#### 4 – Contextualizações a partir da sociologia econômica

Dentre as atribuições da extensão rural, há uma muito específica que se refere à assistência na organização do processo produtivo viabilizando a inserção no mercado. No entanto, a criação destes mercados envolve o dinamismo de estruturas sociais as quais podem ser analisadas à luz da Sociologia Econômica.

Nas suas origens, a Sociologia Econômica deparou-se com o decisivo debate sobre os fenômenos econômicos pela ótica da nascente ciência econômica – que via num indivíduo maximizador a origem dos processos de troca. As análises iniciais buscavam romper com a visão da economia como uma ciência das trocas generalizadas, onde opera a “mecânica da utilidade e do interesse individual” (Jevons, 1983, p 37). Na perspectiva da economia neoclássica, que tem o mercado como meio e fim da atividade econômica, o mecanismo de coordenação social é o preço (alcançar o maior prazer ao mais baixo custo) e, então, o social, como constituinte do mercado, seria relegado a um plano secundário.

Autores como Durkheim e Weber ofereceram pistas daquilo que, pode-se afirmar, viria colocar o debate econômico definitivamente na esfera do pensamento sociológico. Durkheim levanta uma questão importante sobre o fato econômico como fato social (Steiner, 2006; 2009) e, neste sentido, imbuído de obrigações e coerções originadas no ambiente social a partir dos vínculos ali formados (Durkheim, 2002, p. 245). Weber, pela sua teoria da ação, entende a ação econômica como uma forma de ação social, isto é, situada socialmente (Swedberg, 2005). Há, portanto, um pareamento inexorável entre estes dois conceitos, especialmente quando tratamos do fato econômico.

O argumento de Polanyi (2000) e, de resto, como pressuposto geral da sociologia econômica, é de que as trocas não são exclusivas das relações econômicas. É predominante a rejeição de uma visão da sociedade como acessória do mercado, pois, do contrário, “em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (p. 17). Porém, o mercado não passa de um feixe de contatos reais entre compradores e vendedores, há um pano de fundo que sustenta estes contatos. A distinção que este autor faz entre economia formal (que deriva do caráter lógico da relação meio-fim) e economia substantiva (que expressa a dependência do homem em relação ao ambiente natural e social) lança luzes sobre aquelas análises sociais atentas às dimensões que ativam o dinamismo da esfera econômica, a saber, as culturas, os saberes ancestrais, as estruturas e instituições – por outras palavras, são as relações econômicas que estão imersas [*embedded*] nas relações sociais e não o contrário (Polanyi, 2000).

A perspectiva mais recente proposta por Granovetter (1985), apresenta um interesse pelos temas da imersão [*embeddedness*] e das redes sociais como elementos de um conjunto maior das ações humanas que desencadeiam mercados. Por esta perspectiva, as trocas estruturadas (o mercado) podem ser entendidas como resultantes de uma construção social na medida em que esta construção confere um caráter societal e duradouro aos processos comunitários. Em consonância com esta visão, Fligstein (2001) argumenta que são os processos de interação social, imbricados nas interações face-a-face, que definem o escopo dos processos econômicos.

Num esforço recente, Fligstein e McAdam (2012) recorrem à teoria dos campos como uma articulação teórico-metodológica, que cria tipos ideais para analisar situações nas quais grupos de atores organizados cooperam e desenvolvem ações recíprocas. Tal proposta, segundo eles, evita o risco de se perder de vista o que ocorre num mercado real. Nos campos, os participantes constroem consensos sobre o que estão disputando, estabelecem regras e reconhecem ou reproduzem posições de poder frente aos oponentes. Este modelo metodológico pode ser aplicável para analisar, por exemplo, aquilo que Fligstein (2007) chama de *social skill*, ou a “habilidade social” de atores-chave em mobilizar a cooperação dos demais.

Podemos caracterizar nossa análise como o estudo de um caso típico de habilidade social. Ao tomarmos um mercado particular como modelo para um estudo de campo, estaremos aplicando as lupas de uma proposta metodológica que nos permite ver como as estruturas sociais daquele mercado, em grande medida, podem ser entendidas como resultantes da mediação de atores sociais habilidosos.

#### 4.1 – O campo e a habilidade social na coordenação de ações locais

O fenômeno empírico dos mercados denota que o desempenho econômico está imbricado em múltiplas estruturas sociais as quais são possibilitadoras da emergência, desenvolvimento, sucesso ou fracasso econômico dos mesmos (Fligstein, 2001). O *insight*-chave dessa abordagem consiste em considerar que toda ação social tem lugar em arenas as quais podem ser chamadas de campos, domínios, ou espaços sociais organizados (Fligstein, 2001, p. 15; Fligstein e McAdam, 2012). Os campos, portanto, contém atores coletivos que querem produzir um sistema de relações num dado espaço e num tempo específico, isto é, compartilham uma cultura local de poder e relações sociais. No entanto, a efetividade dessas relações se dá, de modo mais perceptível, quando temos em análise duas variáveis importantes: a concepção de controle dominante e a habilidade social. Quanto à primeira, cabe a pergunta sobre quem e como, efetivamente, teve a capacidade de impor uma concepção dominante. De imediato, a resposta a essa questão conduz à segunda: qual o papel da *social skill* de atores-chave na disseminação dessa concepção de controle?

Uma concepção de controle é, segundo a definição de Fligstein (2001), uma narrativa [*story*] comum adotada como representativa de um interesse geral. A noção de habilidade social, recuperada do interacionismo simbólico, é definida sinteticamente como a “capacidade de induzir a cooperação dos outros” (Fligstein, 2007, p. 67). A habilidade é, primeiro, uma capacidade individual e define aquele ator que melhor pode perceber e enquadrar a situação de outros e, assim procedendo, apresentar razões para o agir cooperativo (Mead, 1934; Goffman, 1959, 1974 – *apud* Fligstein, 2007, p. 67). Por outras palavras, a habilidade social não se refere necessariamente à imposição da concepção de controle e sim, a uma capacidade presente em determinados atores para disseminar informações e induzir a cooperação.<sup>10</sup>

### 5 – O mercado real: a produção de Capim Branco

O município de Capim Branco está localizado a 53 km da capital Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais e é integrante da chamada Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), e conta, segundo o IBGE (2008),<sup>11</sup> com 9.155 habitantes. Aquela região configura-se como um polo produtor de olericultura convencional e desfruta da proximidade de mercados, seja através da distribuição pela Central de Abastecimento (Ceasa), a 56 km do município, seja através do repasse aos programas de governo, especialmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e, especificamente para o caso dos alimentos orgânicos, através da venda direta na RMBH.

Na comercialização na capital, o gestor do sistema é a Prefeitura de Belo Horizonte. As responsabilidades pela articulação dos produtores, organização e autorização de uso dos espaços públicos são atribuídas por um convênio entre a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, através da Secretaria Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional, e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater/MG) – o programa “feira de orgânicos” foi criado no ano de

<sup>10</sup> Numa rede social, isso pode ser representado por um grafo que, visualmente, indica aqueles nodos em que há maior concentração de informações.

<sup>11</sup> Fonte: < [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) >.





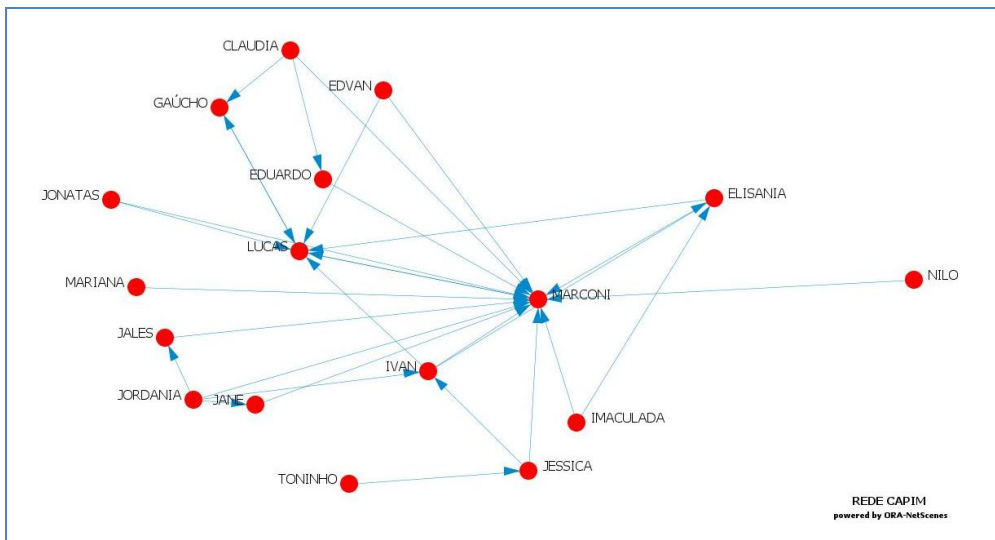


Figura 2 – Intermediação de informação dentro da ASPROCAM

Fonte: dados de pesquisa – Capim Branco / OCS 07/2013.

A terceira visualização expressa a esfera de influência da extensão rural dentro da rede, considerando que o extensionista \*Tinoco\* foi o iniciador do processo de transição agroecológica na região e que, atualmente, é continuado pelo extensionista \*Adenilson\*:

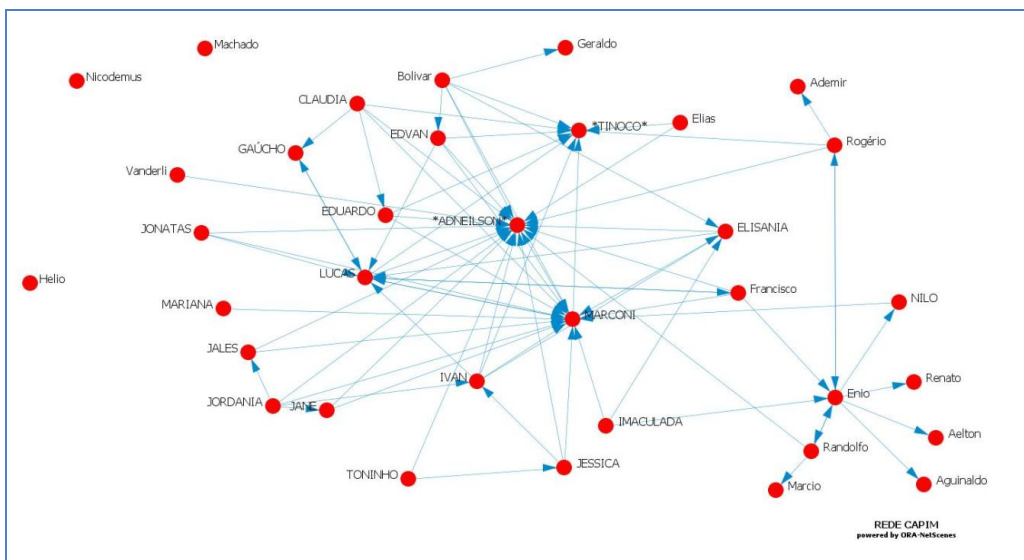


Figura 3 – Esfera de influência da ATER entre os produtores

Fonte: dados de pesquisa – Capim Branco / OCS 07/2013.

Pela observação dos mapas de rede, podemos afirmar que a didática extensionista desenvolvida em Capim Branco tem sido importante catalisador da organização do processo produtivo local. Em termos socioeconômicos, a participação coletiva na gestão da qualidade (através do controle social, Figura 2) é a principal indutora de organização dos produtores. O técnico local da EMATER (Figura 3) é reconhecido na rede pela sua habilidade social para articular os produtores em torno da concepção de controle.

## 5 – Considerações finais

Como fizemos denotar sociologicamente, a concepção de controle em questão pode ser traduzida pela concepção de qualidade para a produção orgânica e, como tal, é de caráter nacional. Esta concepção fora imposta como marco regulatório graças à ação de setores organizados da sociedade que atuam com agricultura familiar, meio ambiente e agroecologia. Quando, portanto, esta concepção chega a um município do porte de Capim Branco, faz-se necessária uma articulação local através de processos educativos e de tradução que permitam aos produtores acessar tais conhecimentos e, assim, alcançar a confiança e a segurança necessárias para programar a transição do modelo produtivo.

Por conseguinte, a tecnologia social, baseada no conhecimento viabilizado pela extensão rural e sustentada no modelo agroecológico, tem duplo enraizamento: 1) na disposição dos atores em se associar, construindo uma identidade coletiva dentro do processo; 2) na articulação local de redes que ampliam os espaços de apoio e as parcerias com atores inclusive de outras agências públicas. Por outras palavras, as alternativas trazidas pelos processos de certificação e garantia dos produtos produzem interações locais mais estreitas, envolvendo agentes públicos, produtores e consumidores.

### Bibliografia citada:

ALTIERI, M. (2012). *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Rio de Janeiro: Expressão Popular.

BLANQUART, Corinne; *et al.* (2010). “The logistic leverages of short Food supply chains performance in Terms of sustainability”. Lisboa: *12th WCTR*, July 11-15.

BRANDENBURG, Alfio. (2002) “Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. n. 6. p. 11-28.jul./dez.

Disp. em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/viewFile/22125/14489>>.

BRASIL / MDA, Pnater. (2004). *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*.

CAPORAL, F. R. e RAMOS, L. de F. (2006). “Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia”.

Disponível em: <<http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/3314.pdf>>

COCHOY, Franck. (2004). “Por uma sociologia da embalagem”. *Antropolítica*, n. 17, pp. 69-96.

DUBUISSON-QUELLIER, Sophie. (2003). “Confiance et qualité des produits alimentaires : une approche par la sociologie des relations marchandes”. *Sociologie du Travail*, 45 (2003) 95–111.

DURKHEIM, Émile. (2002). *Lições de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes.

FLIGSTEIN, Neil. (2001). *The Architecture of Markets: an economic sociology of twenty-first-century capitalism societies*. Princeton: Princeton University Press.

FLIGSTEIN, Neil. (2007). “Habilidade Social e a Teoria dos Campos”. In.: *RAE*, vol. 47, Nº2, abr./jun., pp. 61-80.

FLIGSTEIN, Neil.; McADAM, Doug. (2001). *A Theory of Fields*. Oxford: Oxford University Press.

FONSECA, Ma. Fernanda de A. C. (2009). *Agricultura Orgânica: Regulamentos técnicos e acesso aos “mercados dos produtos orgânicos no Brasil (escrito com a colaboração de Cláudia de Souza... [et al.])*. Niterói: PESAGRO-RIO.

- GRANOVETTER, M. (1985). “Economic Action and Social Structure — The Problem of Embeddedness”. *The American Journal of Sociology*, Vol. 91, No. 3 (Nov.), pp. 481-510.
- GUZMÁN, Eduardo S. (2002). ‘A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas’. Porto Alegre: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.3, n.1, jan./mar., pp. 18-28.
- HECHTS, Susana B. (1999). “La evolución del pensamiento agroecológico”. In.: ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para una agricultura sostenible*. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad.
- JEVONS, S. (1983). *A teoria da economia política*. São Paulo: Abril Cultural.
- LEMIEUX & OUIMET. (2004). *Análise Estrutural de Redes Sociais*. (Trad. Sérgio Pereira). Lisboa: Instituto Piaget.
- MAZON, Marcia da Silva. (2009). “Padrões de Qualidade e Segurança Alimentares no Terreno Institucional Brasileiro”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 4, 2009, pp. 1003 a 1045.
- POLANYI, Karl. (2000). *A grande Transformação: as origens de nossa época* (Trad.: Fanny Wrobel). Rio de Janeiro: Campus.
- PORTILHO, Fátima. (2004). “Consumo verde, consumo sustentável e a ambientalização dos consumidores”. Indaiatuba: *ANPPAS*.
- RIBEIRO, José P. (2000). *A Saga da Extensão Rural em Minas Gerais*. São Paulo: Annablume; Minas Gerais: CPP/Emater.
- STEINER, Philip. (2006). *A Sociologia Econômica*. Trad. Maria H. Trylinski. São Paulo: Atlas S.A.
- STEINER, P.; VATIN, F. (org.). (2009). *Traité de Sociologie Économique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- SWEDBERG, Richard. *Max Weber e a Ideia de Sociologia Econômica* (trad. De: Dinah A. Azevedo). Rio de Janeiro: Editora UFRJ.